

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

Motivos de Reapresentação	100
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	293.698
Preferenciais	0
Total	293.698
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.797
Preferenciais	0
Total	1.797

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2013	Dividendo	28/06/2013	Ordinária		0,26774

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.713.027	1.018.378
1.01	Ativo Circulante	654.146	186.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	137	132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	137	132
1.01.02	Aplicações Financeiras	635.392	88.495
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	635.392	88.495
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	147.391	39.505
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras - CVM	361.008	47.885
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	126.993	1.105
1.01.07	Despesas Antecipadas	35	542
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.582	97.259
1.01.08.03	Outros	18.582	97.259
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	897	897
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/terceiros	19	24
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	14.000	93.699
1.01.08.03.04	Juros s/ capital próprio	1.275	1.275
1.01.08.03.05	Outros	1.984	1.364
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições	407	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.058.881	831.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.846	9.641
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.846	9.641
1.02.01.09.03	Outros	1.108	1.022
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições	6.719	6.722
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	2.019	1.897
1.02.02	Investimentos	1.046.024	818.052
1.02.02.01	Participações Societárias	1.046.024	818.052
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.046.024	818.052
1.02.03	Imobilizado	2.526	3.707
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.526	3.707
1.02.04	Intangível	485	550
1.02.04.01	Intangíveis	485	550
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	485	550

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.713.027	1.018.378
2.01	Passivo Circulante	22.863	41.516
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	140	136
2.01.01.01	Obrigações Sociais	108	26
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32	110
2.01.02	Fornecedores	412	405
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	412	405
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	412	405
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.008	24
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.015	22
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	915	19
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	100	3
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-7	2
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	-7	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.436	9.978
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.436	9.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.436	9.978
2.01.05	Outras Obrigações	5.867	30.973
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.056	3.122
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	4.056	3.122
2.01.05.02	Outros	1.811	27.851
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7	26.051
2.01.05.02.04	Outros	1.804	1.800
2.02	Passivo Não Circulante	258.976	269.827
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	252.376	262.327
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	252.376	262.327
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	252.376	262.327
2.02.02	Outras Obrigações	6.600	7.500
2.02.02.02	Outros	6.600	7.500
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	6.600	7.500
2.03	Patrimônio Líquido	1.431.188	707.035
2.03.01	Capital Social Realizado	973.960	366.500
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.000.462	369.319
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-26.502	-2.819
2.03.02	Reservas de Capital	117.686	114.298
2.03.02.04	Opções Outorgadas	21.120	17.732
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	96.566	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	226.237	226.237
2.03.04.01	Reserva Legal	19.263	19.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	218.322	218.322
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.305	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	43.542	108.250	18.279	61.856
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.499	-4.326	-3.632	-6.553
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	439	846	896	1.346
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	44.602	111.730	21.015	67.063
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.542	108.250	18.279	61.856
3.06	Resultado Financeiro	3.967	5.901	-3.215	-6.875
3.06.01	Receitas Financeiras	9.943	17.396	3.362	7.644
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.976	-11.495	-6.577	-14.519
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.509	114.151	15.064	54.981
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-846	-846	0	0
3.08.01	Corrente	-846	-846	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.663	113.305	15.064	54.981
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.663	113.305	15.064	54.981
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00016	0,00039	0,00018	0,00022
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00016	0,00038	0,00018	0,00022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	46.663	113.305	15.064	54.981
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.663	113.305	15.064	54.981

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.470	46.622
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.711	-2.048
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício / Período	114.151	54.981
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.263	1.761
6.01.01.03	Amortização dos custos de captação	330	0
6.01.01.06	Opções Outorgadas	0	2.006
6.01.01.07	Rendimentos sobre aplicações	-17.196	-6.246
6.01.01.09	Apropriação de convênios	-900	-900
6.01.01.11	Juros sobre empréstimos a controladas	0	-94
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.371	13.507
6.01.01.14	Equivalência patrimonial	-111.730	-67.063
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.181	48.670
6.01.02.01	Redução (aumento) em outros ativos	-617	439
6.01.02.02	(Aumento) redução em adiantamentos a funcionários / terceiros	4	0
6.01.02.03	Redução de despesas antecipadas	508	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução de impostos e contribuições	-404	0
6.01.02.05	Aumento (redução) em fornecedores	7	-289
6.01.02.06	Aumento (Redução) em obrigações tributárias	138	-195
6.01.02.07	Aumento (redução) em salários e encargos sociais	4	-58
6.01.02.10	Aumento (Redução) em outros passivos	4	-19
6.01.02.12	(Aumento) no ativo não circulante	-86	-929
6.01.02.13	(Redução) em depósitos judiciais	-122	0
6.01.02.14	Juros pagos de empréstimo	-11.255	-14.505
6.01.02.15	Dividendos recebidos	26.000	43.865
6.01.02.16	Redução de contas a receber (P.R.)	0	22.942
6.01.02.17	(Redução) de contas a pagar (P.R.)	0	-2.581
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-587.943	-51.254
6.02.01	Aplicações Financeiras	-529.702	42.386
6.02.02	Imobilizado	0	-580
6.02.03	Intangível	-20	-64
6.02.04	Investimento em empresa controladas	-19.240	-99.252
6.02.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	-39.914	6.256
6.02.06	Mútuo em controladas	933	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	576.478	3.207
6.03.01	Aumento de capital	631.143	3.406
6.03.02	Gastos com emissão de ações	-23.683	0
6.03.03	Aumento de empréstimos e financiamentos	-4.939	0
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-199
6.03.05	Dividendos distribuídos	-26.043	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5	-1.425
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132	1.530
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	137	105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	607.460	3.388	0	0	0	610.848
5.04.01	Aumentos de Capital	631.143	0	0	0	0	631.143
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.683	0	0	0	0	-23.683
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.388	0	0	0	3.388
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.216	0	0	0	-4.216
5.04.08	Opção Recompra de Ações	0	4.216	0	0	0	4.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.305	0	113.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.305	0	113.305
5.07	Saldos Finais	973.960	106.338	237.585	113.305	0	1.431.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.406	2.006	-199	0	0	5.213
5.04.01	Aumentos de Capital	3.406	0	0	0	0	3.406
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.006	0	0	0	2.006
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-199	0	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.981	0	54.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.981	0	54.981
5.07	Saldos Finais	364.979	111.766	147.403	54.981	0	679.129

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.921	-3.596
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.921	-3.596
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.921	-3.596
7.04	Retenções	-1.595	-1.761
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.595	-1.761
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.516	-5.357
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.067	76.053
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	111.730	67.063
7.06.02	Receitas Financeiras	17.396	7.644
7.06.03	Outros	941	1.346
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	126.551	70.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	126.551	70.696
7.08.01	Pessoal	676	876
7.08.01.01	Remuneração Direta	676	876
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.075	320
7.08.02.01	Federais	1.073	302
7.08.02.03	Municipais	2	18
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.495	14.519
7.08.03.01	Juros	11.495	14.519
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	113.305	54.981
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	113.305	54.981

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.969.940	1.239.810
1.01	Ativo Circulante	1.193.354	511.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.838	18.132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	6.838	18.132
1.01.02	Aplicações Financeiras	735.072	122.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	735.072	122.340
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	181.981	51.068
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	419.502	68.364
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	133.589	2.908
1.01.03	Contas a Receber	345.942	279.657
1.01.07	Despesas Antecipadas	26.103	30.931
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.399	60.167
1.01.08.03	Outros	79.399	60.167
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários / Terceiros	27.464	25.957
1.01.08.03.03	Impostos e Contribuições	15.960	10.588
1.01.08.03.04	Contas a Compensar - Sistema FIES	4.880	5.416
1.01.08.03.05	Outros	30.836	17.947
1.02	Ativo Não Circulante	776.586	728.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.231	125.797
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.086	11.695
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.086	11.695
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.802	1.337
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.802	1.337
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	124.343	112.765
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	92.509	83.221
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições	24.001	20.886
1.02.01.09.05	Outros	7.833	8.658
1.02.02	Investimentos	228	228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	297.349	294.660
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	248.957	250.357
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	11.337	12.706
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	37.055	31.597
1.02.04	Intangível	339.778	307.898
1.02.04.01	Intangíveis	339.778	307.898
1.02.04.01.02	Ágio	222.512	197.266
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	117.266	110.632

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.969.940	1.239.810
2.01	Passivo Circulante	192.594	193.312
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	99.715	65.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.954	17.687
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	80.761	48.040
2.01.02	Fornecedores	27.549	35.435
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.549	35.435
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	27.549	35.435
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.149	24.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.227	13.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.003	9.762
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	869	922
2.01.03.01.03	IOF	384	384
2.01.03.01.04	Parcelamento de Tributos	1.971	2.210
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.922	11.161
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	11.922	11.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.549	13.856
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.549	13.856
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.549	13.856
2.01.05	Outras Obrigações	21.632	53.855
2.01.05.02	Outros	21.632	53.855
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7	26.051
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	7.363	8.854
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	8.957	12.985
2.01.05.02.06	Outros	5.305	5.965
2.02	Passivo Não Circulante	346.158	339.463
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	254.449	265.868
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	254.449	265.868
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	254.449	265.868
2.02.02	Outras Obrigações	49.090	34.748
2.02.02.02	Outros	49.090	34.748
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	10.584	12.027
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	7.328	6.410
2.02.02.02.05	Compromissos a Pagar	23.009	11.180
2.02.02.02.06	Outros	8.169	5.131
2.02.03	Tributos Diferidos	2.392	1.638
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.392	1.638
2.02.04	Provisões	40.227	37.209
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.435	23.205
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	25.435	23.205
2.02.04.02	Outras Provisões	14.792	14.004
2.02.04.02.04	Provisões para Desmobilização de Ativos	14.792	14.004
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.431.188	707.035
2.03.01	Capital Social Realizado	973.960	366.500
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.000.462	369.319
2.03.01.02	Gastos com Emissão de Ações	-26.502	-2.819

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02	Reservas de Capital	117.686	114.298
2.03.02.04	Opções Outorgadas	21.120	17.732
2.03.02.07	Ágio na Subscrição de Ações	96.566	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	226.237	226.237
2.03.04.01	Reserva Legal	19.263	19.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	218.322	218.322
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	113.305	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	443.561	856.815	341.422	671.974
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-270.498	-513.111	-226.512	-426.079
3.03	Resultado Bruto	173.063	343.704	114.910	245.895
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-124.448	-226.065	-94.197	-178.840
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.088	-99.030	-48.441	-85.783
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.861	-134.040	-49.898	-99.663
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.501	7.005	4.142	6.606
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.615	117.639	20.713	67.055
3.06	Resultado Financeiro	326	-1.354	-7.065	-11.118
3.06.01	Receitas Financeiras	11.737	23.074	5.470	14.073
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.411	-24.428	-12.535	-25.191
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	48.941	116.285	13.648	55.937
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.278	-2.980	1.416	-930
3.08.01	Corrente	413	-2.617	3.201	-93
3.08.02	Diferido	-2.691	-363	-1.785	-837
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.663	113.305	15.064	55.007
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	0	-26
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	0	-26
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	46.663	113.305	15.064	54.981
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	46.663	113.305	15.064	54.981
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00016	0,00039	0,00018	0,00022
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00016	0,00038	0,00018	0,00022

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	46.663	113.305	15.064	54.981
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	46.663	113.305	15.064	54.981
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	46.663	113.305	15.064	54.981

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	69.720	55.286
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	192.036	135.909
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	116.285	55.911
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	35.654	27.921
6.01.01.03	Amortização dos Custos de Captação	330	0
6.01.01.04	Valor Residual Baixado do Imobilizado	258	143
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	41.641	44.045
6.01.01.06	Opções Outorgadas	3.388	2.006
6.01.01.07	Rendimentos sobre Aplicações	-19.567	-7.329
6.01.01.08	Provisão para Contingências	1.999	586
6.01.01.09	Apropriação de Convênios	-1.443	-1.443
6.01.01.10	Atualização de Compromissos a Pagar	1.332	0
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	11.371	13.507
6.01.01.13	Atualização da Provisão para Desmobilização	788	562
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.316	-80.623
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-106.782	-67.977
6.01.02.02	Redução (aumento) em Outros Ativos	-12.352	-505
6.01.02.03	(Aumento) Redução Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	-1.507	0
6.01.02.04	Redução de Despesas Antecipadas	4.828	0
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Impostos e Contribuições	-8.879	0
6.01.02.06	Aumento (redução) em Fornecedores	-8.411	2.474
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	-3.086	-7.670
6.01.02.08	Aumento (redução) em Salários e Encargos Sociais	33.217	26.117
6.01.02.09	(Redução) em Mensalidades Recebidas Antecipadamente	-1.491	-1.753
6.01.02.10	Aumento (Redução) na Provisão para Contingências	224	-6.022
6.01.02.11	(Redução) em Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-69
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	3.130	5.144
6.01.02.13	(Redução) em Parcelamento de Tributos	-24	0
6.01.02.14	(Aumento) no Ativo Não Circulante	-640	-15.310
6.01.02.15	(Redução) em Depósitos Judiciais	-9.288	0
6.01.02.16	Juros pagos de Empréstimos	-11.255	-14.505
6.01.02.17	Prov. com obrigações desmobilização de Ativos	0	-547
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-656.079	-66.752
6.02.01	Aplicações Financeiras	-593.165	5.161
6.02.02	Imobilizado	-22.473	-29.747
6.02.03	Intangível	-19.104	-42.166
6.02.05	Aquisição de Controladas	-15.810	0
6.02.06	Compromissos a Pagar	-5.527	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	575.065	7.537
6.03.01	Aumento de Capital	631.143	3.406
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.683	0
6.03.03	Dividendos Distribuídos	-26.043	0
6.03.04	Ações em Tesouraria	0	-199
6.03.05	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	-6.352	4.330

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.294	-3.929
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.132	21.857
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.838	17.928

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	607.460	3.388	0	0	0	610.848	0	610.848
5.04.01	Aumentos de Capital	631.143	0	0	0	0	631.143	0	631.143
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.683	0	0	0	0	-23.683	0	-23.683
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.388	0	0	0	3.388	0	3.388
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.216	0	0	0	-4.216	0	-4.216
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.216	0	0	0	4.216	0	4.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.305	0	113.305	0	113.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.305	0	113.305	0	113.305
5.07	Saldos Finais	973.960	106.338	237.585	113.305	0	1.431.188	0	1.431.188

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.406	2.006	-199	0	0	5.213	0	5.213
5.04.01	Aumentos de Capital	3.406	0	0	0	0	3.406	0	3.406
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.006	0	0	0	2.006	0	2.006
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-199	0	0	-199	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.981	0	54.981	0	54.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.981	0	54.981	0	54.981
5.07	Saldos Finais	364.979	111.766	147.403	54.981	0	679.129	0	679.129

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	847.279	658.888
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	885.882	700.098
7.01.02	Outras Receitas	3.031	2.835
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.634	-44.045
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.735	-130.957
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-161.736	-130.359
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-12
7.02.04	Outros	-1.999	-586
7.03	Valor Adicionado Bruto	683.544	527.931
7.04	Retenções	-35.984	-27.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.984	-27.921
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	647.560	500.010
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30.079	20.664
7.06.02	Receitas Financeiras	23.074	14.073
7.06.03	Outros	7.005	6.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	677.639	520.674
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	677.639	520.674
7.08.01	Pessoal	359.670	284.669
7.08.01.01	Remuneração Direta	326.472	256.667
7.08.01.02	Benefícios	10.234	8.825
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.964	19.177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.181	98.842
7.08.02.01	Federais	75.685	64.441
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	39.495	34.399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.483	82.182
7.08.03.01	Juros	23.336	25.192
7.08.03.02	Aluguéis	66.147	56.990
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	113.305	54.981
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	113.305	54.981

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Comentário do Desempenho referente ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e ao período findo em 30 de junho de 2013.

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 2T13 com uma base de alunos de 313,4 mil (20,2% acima do registrado no 2T12), dos quais 254,6 mil matriculados nos cursos presenciais e 58,8 mil nos cursos de ensino a distância. No conceito *same shops* (desconsiderando as aquisições realizadas nos últimos doze meses), a base de alunos cresceu 16,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Devemos lembrar ainda da aquisição da ASSESC, em Florianópolis (SC), anunciada em junho, cujos cerca de 900 alunos consolidaremos em nossa base nos trimestres subsequentes.

Tabela 1 – Base de Alunos Total*

Em mil	2T12	2T13	Var.
Presencial	215,5	245,4	13,9%
Graduação	201,1	229,6	14,2%
Pós-graduação	14,4	15,8	9,7%
EAD	45,3	58,8	29,8%
Graduação	43,4	54,0	24,4%
Pós-graduação	1,9	4,8	152,6%
Base de Alunos <i>same shops</i>	260,8	304,2	16,6%
Aquisições nos últimos 12 meses	-	9,2	N.A.
Base de Alunos Total - Final	260,8	313,4	20,2%
Número de Campi	71	77	8,5%
Alunos Presenciais por Campus	3.036	3.187	5,0%
Número de Pólos	52	52	0,0%
Alunos EAD por Pólo	871	1.131	29,8%

*Nota: Aquisições dos últimos 12 meses referem-se aos alunos das seguintes instituições: FARGS, São Luís, Uniuol e FACITEC. SEAMA e iDez já estão consolidadas na base *same shops*.*

Ao final do 2T13, a **base de alunos de graduação presencial** da Estácio totalizava 238,8 mil alunos, 18,7% a mais do que o mesmo período do ano anterior. No conceito *same shops*, desconsiderando instituições adquiridas nos últimos doze meses, o crescimento orgânico foi de 14,2%.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)*

Em mil	2T12	2T13	Var.
Saldo Inicial de Alunos	219,4	259,1	18,1%
(+/-) Aquisições nos últimos 12 meses (até 1T13)	3,1	(5,6)	N.A.
Base Renovável	222,5	253,5	13,9%
(-) Evasão	(21,4)	(23,9)	11,7%
Base de Alunos <i>same shops</i>	201,1	229,6	14,2%
(+) Aquisições nos últimos 12 meses	-	9,2	N.A.
Saldo Final de Alunos	201,1	238,8	18,7%

A **base de alunos de graduação EAD** cresceu 24,4% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 54,0 mil alunos.

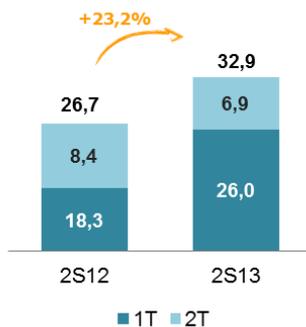
(*) Informações não revisadas pelos auditores

Comentário do Desempenho

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)*

Em mil	2T12	2T13	Var.
Saldo Inicial de Alunos	46,3	61,6	33,0%
(-) Formandos	-	(0,9)	N.A.
(+) Captação	8,4	6,9	-17,9%
(-) Não Renovados/evasão	(11,3)	(13,6)	20,4%
Saldo Final de Alunos	43,4	54,0	24,4%

Gráfico 1 – Evolução da Captação EAD (graduação)



Vale ressaltar o crescimento da **captação EAD** no acumulado das duas entradas do primeiro semestre de 2013. No 1S13, tivemos 32,9 mil novos alunos matriculados em cursos de graduação a distância, 23% acima do número registrado no 1S12. Outro ponto bastante positivo é a redução da taxa de evasão no EAD nesse trimestre, que apresentou melhora de 2,0 p.p em comparação com o 2T12.

Receita Operacional

A **receita operacional líquida** totalizou R\$443,6 milhões no 2T13, um aumento de 29,9% em relação ao 2T12, em função do crescimento de 20,2% na base de alunos e da evolução positiva do ticket médio no período.

Lembramos novamente que, a partir do 4T12, mudamos a metodologia de provisionamento para os alunos FIES financiados pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Sobre a receita destes alunos deve ser feita uma contribuição para a constituição do Fundo. Essa contribuição, que hoje é de 5,63%, passou a ser lançada como uma dedução da Receita Bruta (na linha "FGEDUC"), sendo que até o 3T12 estava sendo contabilizada como uma despesa comercial, na linha de provisão para devedores duvidosos (PDD).

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Receita Operacional Bruta	484,8	615,0	26,9%	966,0	1.228,8	27,2%
Mensalidades	477,8	608,4	27,3%	954,6	1.215,8	27,4%
Outras	7,0	6,6	-5,7%	11,3	12,9	14,2%
Deduções da Receita Bruta	(143,4)	(171,4)	19,5%	(294,0)	(372,0)	26,5%
Descontos e Bolsas	(127,2)	(149,9)	17,8%	(263,1)	(330,5)	25,6%
Impostos	(16,2)	(18,0)	11,1%	(31,0)	(36,4)	17,4%
FGEDUC	-	(3,6)	N.A.	-	(5,2)	N.A.
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	26,2%	24,4%	-1,9 p.p.	27,2%	26,9%	-0,3 p.p.
Receita Operacional Líquida	341,4	443,6	29,9%	672,0	856,8	27,5% (*)

não revisadas pelos auditores

Comentário do Desempenho

No 2T13, o **ticket médio presencial** cresceu 9,7%, enquanto o **ticket médio EAD** subiu 6,0%, apresentando crescimento acima e em linha com a inflação respectivamente, mais uma vez cumprindo nosso objetivo de variar preços no mínimo com a inflação. O repasse sustentável de preços, em um ritmo similar ao que vimos em 2012, é uma importante evidência da crescente percepção de qualidade pelos nossos alunos, que cada vez mais atribuem um maior valor ao nosso produto. Como destaque, após o período de captação de alunos, tivemos uma redução de 1,9 p.p. na relação de descontos e bolsas sobre a receita operacional bruta. No acumulado do ano, o ganho foi de 0,3 p.p., demonstrando um crescimento sustentável da base de alunos, que não está vindo atrelado ao aumento de bolsas e descontos.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 2T13 – Presencial

Em mil	2T12	2T13	Var.
Base de Alunos de Graduação Presencial	201,1	238,8	18,7%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial	14,4	15,8	9,7%
(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita	215,5	254,6	18,1%
Receita Bruta Presencial (R\$ milhões)	442,8	560,0	26,5%
Deduções Presencial (R\$ milhões)	(128,7)	(153,0)	18,9%
Receita Líquida Presencial (R\$ milhões)	314,1	407,1	29,6%
Ticket Médio Presencial (R\$)	485,8	533,0	9,7%

Obs.: O cálculo do ticket médio não considera receita da Academia do Concurso.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 2T13 – EAD

Em mil	2T12	2T13	Var.
Base de Alunos de Graduação EAD	43,4	54,0	24,4%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD	1,9	4,8	152,6%
(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita	45,3	58,8	29,8%
Receita Bruta EAD (R\$ milhões)	39,9	53,3	33,6%
Deduções EAD (R\$ milhões)	(14,4)	(18,2)	26,4%
Receita Líquida EAD (R\$ milhões)	25,5	35,1	37,6%
Ticket Médio EAD (R\$)	187,7	199,0	6,0%

Custo dos Serviços Prestados

No 2T13, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou significativo ganho de eficiência de 4,6 p.p. em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano passado, como resultado dos ganhos: (i) de 2.0 p.p. na linha de Pessoal; (ii) de 1,7 p.p. na conta de INSS, em parte graças a uma reversão de R\$3,0 milhões como efeito de uma melhor gestão tributária, compensando efeitos negativos de ações trabalhistas que tem nos impactado ao longo de 2013; (iii) de 0,2 p.p. na conta de aluguéis, demonstrando a diluição do custo com o crescimento da nossa base de alunos; e (iv) de 0,7 p.p. em serviços de terceiros, em função do ganho de escala que vimos obtendo nessa linha.

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(214,9)	(258,6)	20,3%	(406,9)	(489,6)	20,3%
Pessoal	(160,1)	(191,4)	19,6%	(303,9)	(370,8)	22,0%
Pessoal e encargos	(131,4)	(161,9)	23,2%	(249,4)	(309,6)	24,1%
INSS	(28,6)	(29,5)	3,1%	(54,5)	(61,3)	12,5%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(27,6)	(35,0)	26,8%	(57,6)	(65,5)	13,7%
Material didático	(12,4)	(15,8)	27,4%	(18,0)	(22,9)	27,2%
Serviços de terceiros e outros	(14,8)	(16,4)	10,8%	(27,4)	(30,4)	10,9%

Comentário do Desempenho

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

%em relação à receita operacional líquida	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	-62,9%	-58,3%	4,6 p.p.	-60,6%	-57,1%	3,5 p.p.
Pessoal	-46,9%	-43,2%	3,7 p.p.	-45,2%	-43,3%	1,9 p.p.
Pessoal e encargos	-38,5%	-36,5%	2,0 p.p.	-37,1%	-36,1%	1,0 p.p.
INSS	-8,4%	-6,7%	1,7 p.p.	-8,1%	-7,2%	0,9 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-8,1%	-7,9%	0,2 p.p.	-8,6%	-7,6%	1,0 p.p.
Material didático	-3,6%	-3,6%	0,0 p.p.	-2,7%	-2,7%	0,0 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-4,3%	-3,6%	0,7 p.p.	-4,1%	-3,5%	0,6 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(214,9)	(258,6)	20,3%	(406,9)	(489,6)	20,3%
(+) Depreciação	(11,6)	(11,9)	2,6%	(19,2)	(23,5)	22,4%
Custos dos Serviços Prestados	(226,5)	(270,5)	19,4%	(426,1)	(513,1)	20,4%

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Receita operacional líquida	341,4	443,6	29,9%	672,0	856,8	27,5%
Custos dos serviços prestados	(226,5)	(270,5)	19,4%	(426,1)	(513,1)	20,4%
Lucro Bruto	114,9	173,1	50,7%	245,9	343,7	39,8%
(-) Depreciação	11,6	11,9	2,6%	19,2	23,5	22,4%
Lucro Bruto Caixa	126,5	185,0	46,2%	265,1	367,2	38,5%
Margem Bruta Caixa	37,1%	41,7%	4,6 p.p.	39,4%	42,9%	3,5 p.p.

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As **despesas comerciais** representaram 12,6% da receita líquida no 2T13, gerando um ganho de margem de 1,6 p.p. quando comparado com o 2T12, devido ao ganho de 2,8 p.p. na rubrica na relação da PDD com a receita líquida, que mais do que compensou o impacto da linha de Provisionamento FIES (-0,5 p.p.). É importante destacar a melhora orgânica da PDD em relação ao ano passado, mesmo se considerarmos o impacto do Provisionamento FIES (que no 2T12 estava dentro da linha de PDD). Mais detalhes sobre o “Provisionamento FIES” podem ser encontrados no “Anexo I”, ao final desse release (pág. 24).

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram piora no trimestre de 2,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, especialmente em função da perda: (i) de 1,5 p.p. na linha de Pessoal, em razão de reajustes salariais via Acordo Coletivo, além de um aumento de *headcount*, relacionado a investimentos em novas áreas, que ainda geram pouca ou nenhuma receita, e à linearização do provisionamento de bônus em 2013; e (ii) de 0,7 p.p. em provisão para contingências, sobretudo devido à reversão que havia beneficiado essa linha no 2T12.

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	(89,4)	(118,4)	32,4%	(170,2)	(213,5)	25,4%
Despesas Comerciais	(48,4)	(56,1)	15,9%	(85,8)	(99,0)	15,4%
PDD	(30,0)	(26,8)	-10,7%	(44,0)	(41,6)	-5,5%
Provisionamento FIES	-	(2,1)	N.A.	-	(3,2)	N.A.
Publicidade	(18,4)	(27,1)	47,3%	(41,7)	(54,2)	30,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(41,0)	(62,3)	52,0%	(84,4)	(114,5)	35,7%
Pessoal	(20,8)	(33,6)	61,5%	(41,7)	(59,0)	41,5%
Pessoal e encargos	(17,9)	(29,7)	65,9%	(35,8)	(51,8)	44,7%
INSS	(2,9)	(3,9)	34,5%	(5,9)	(7,2)	22,0%
Outros	(20,2)	(28,7)	42,1%	(42,7)	(55,5)	30,0%
Serviços de terceiros	(10,5)	(11,5)	9,5%	(22,6)	(24,3)	7,5%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-	(0,1)	N.A.	(0,6)	(0,6)	0,0%
Material de consumo	(0,4)	(0,5)	25,0%	(0,7)	(0,9)	28,6%
Provisão para contingências	1,1	(1,7)	-254,5%	(0,6)	(2,0)	233,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	4,1	3,5	-14,6%	6,6	7,0	6,1%
Outras	(14,6)	(18,4)	26,0%	(24,7)	(34,6)	40,1%
Depreciação	(4,7)	(6,1)	29,8%	(8,7)	(12,5)	43,7%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

%em relação à receita operacional líquida	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	-26,2%	-26,7%	-0,5 p.p.	-25,3%	-24,9%	0,4 p.p.
Despesas Comerciais	-14,2%	-12,6%	1,6 p.p.	-12,8%	-11,6%	1,2 p.p.
PDD	-8,8%	-6,0%	2,8 p.p.	-6,5%	-4,9%	1,6 p.p.
Provisionamento FIES	0,0%	-0,5%	-0,5 p.p.	0,0%	-0,4%	-0,4 p.p.
Publicidade	-5,4%	-6,1%	-0,7 p.p.	-6,2%	-6,3%	-0,1 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-12,0%	-14,0%	-2,0 p.p.	-12,6%	-13,4%	-0,8 p.p.
Pessoal	-6,1%	-7,6%	-1,5 p.p.	-6,2%	-6,9%	-0,7 p.p.
Pessoal e encargos	-5,2%	-6,7%	-1,5 p.p.	-5,3%	-6,0%	-0,7 p.p.
INSS	-0,8%	-0,9%	-0,1 p.p.	-0,9%	-0,9%	0,0 p.p.
Outros	-5,9%	-6,4%	-0,5 p.p.	-6,4%	-6,5%	-0,1 p.p.
Serviços de terceiros	-3,1%	-2,6%	0,5 p.p.	-3,4%	-2,8%	0,6 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	0,3%	-0,4%	-0,7 p.p.	-0,1%	-0,2%	-0,1 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,2%	0,8%	-0,4 p.p.	1,0%	0,8%	-0,2 p.p.
Outras	-4,3%	-4,1%	0,2 p.p.	-3,7%	-4,0%	-0,3 p.p.
Depreciação	-1,4%	-1,4%	0,0 p.p.	-1,3%	-1,5%	-0,2 p.p.

EBITDA

No 2T13, nosso **EBITDA** totalizou R\$66,6 milhões, um aumento de 80,0% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, resultando em uma **margem EBITDA** de 15,0%, para um ganho de margem de 4,2 p.p. frente ao 2T12. Lembramos que calculamos o nosso EBITDA de acordo com o conceito proposto pela instrução CVM 527 (sem considerar o resultado financeiro operacional e itens não recorrentes no cálculo do EBITDA). Mais uma vez, apresentamos um expressivo crescimento do EBITDA, um reflexo inequívoco tanto de nossa capacidade crescente de atração de alunos, que se beneficia de nosso modelo de negócio fortemente escalável, quanto dos nossos esforços na gestão e no controle de custos e despesas, cada vez mais eficientes em função do nosso modelo de gestão.

Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Receita Operacional Líquida	341,4	443,6	29,9%	672,0	856,8	27,5%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(214,9)	(258,6)	20,3%	(406,9)	(489,6)	20,3%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(89,4)	(118,4)	32,4%	(170,2)	(213,5)	25,4%
EBITDA	37,0	66,6	80,0%	94,9	153,6	61,9%
Margem EBITDA	10,8%	15,0%	4,2 p.p.	14,1%	17,9%	3,8 p.p.

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas nos últimos doze meses (Uniuol, FARGS, Fac. São Luís e FACITEC), o EBITDA do 2T13 somou R\$63,6 milhões, um aumento de 71,8%. A margem EBITDA subiu para 14,8%, um ganho de 4,0 p.p. em relação ao 2T12.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – Same shops

Em R\$ milhões	2T12	2T13 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	341,4	429,0	25,7%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(214,9)	(248,1)	15,4%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(89,4)	(117,3)	31,2%
EBITDA	37,0	63,6	71,8%
Margem EBITDA	10,8%	14,8%	4,0 p.p.

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com os resultados do trimestre das empresas adquiridas nos últimos doze meses (Uniuol, FARGS, Fac. São Luís e FACITEC). Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. As aquisições realizadas no primeiro semestre de 2012 (SEAMA e iDez) já estão consolidadas em nosso resultado, assim como foi feito para as empresas adquiridas em 2011. Lembramos aqui também que, em junho, anunciamos a aquisição da ASSESC, em Santa Catarina, que será incorporada em nossos resultados nos trimestres subsequentes.

Tabela 15 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas para o 2T13

Em R\$ milhões	Uniuol	FARGS	São Luis	FACITEC	Total
Receita Líquida	0,2	1,6	8,2	4,6	14,6
Lucro Bruto	-0,1	-0,6	2,7	1,5	3,5
Margem Bruta	-50,0%	-37,5%	32,9%	32,6%	24,0%
EBITDA	-0,1	-0,3	3,0	0,4	3,0
Margem EBITDA	-50,0%	-18,8%	36,6%	8,7%	20,5%
Lucro Líquido	-0,1	-0,9	2,8	0,3	2,1
Margem Líquida	-50,0%	-56,3%	34,1%	6,5%	14,4%

Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	6M12	6M13	Variação
Receitas Financeiras	5,5	11,8	114,5%	14,1	23,1	63,8%
Multas e juros recebidos por atraso	1,5	0,2	N.A.	5,5	3,2	-41,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	3,1	11,4	267,4%	7,3	19,6	168,5%
Outras	0,9	0,2	-72,9%	1,3	0,3	-76,9%
Despesas Financeiras	(12,5)	(11,4)	-8,8%	(25,2)	(24,4)	-3,2%
Despesas bancárias	(1,1)	(1,7)	54,5%	(3,4)	(3,4)	0,0%
Juros e encargos financeiros	(6,6)	(6,5)	-1,5%	(14,4)	(12,6)	-12,5%
Descontos financeiros	(4,2)	(0,9)	-79,3%	(5,1)	(4,7)	-7,8%
Outras	(0,7)	(2,4)	244,1%	(2,3)	(3,8)	65,2%
Resultado Financeiro	(7,1)	0,3	-104,2%	(11,1)	(1,3)	-88,3%

No 2T13, o **resultado financeiro** foi positivo em R\$0,3 milhão, apresentando uma melhora de R\$7,4 milhões em relação ao 2T12, principalmente devido ao aumento de R\$8,3 milhões no rendimento de aplicações financeiras, como consequência da nossa maior posição de Caixa disponível para aplicação. Tivemos nesse trimestre uma queda na linha de descontos financeiros em relação aos últimos trimestres, o que também beneficiou o resultado financeiro do período. Vale ressaltar que essa linha geralmente varia conforme campanhas específicas para renegociação de ex-alunos que queiram quitar suas dívidas e reabrir as matrículas nos termos apresentados pela Estácio, as quais são lançadas de acordo com os períodos de matrícula. Nesse contexto, é interessante observar o comportamento durante o semestre todo para evitar efeitos ligados à sazonalidade.

Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
EBITDA	37,0	66,6	80,0%	94,9	153,6	61,9%
Resultado Financeiro	(7,1)	0,3	N.A.	(11,1)	(1,4)	-87,4%
Depreciação	(16,3)	(17,9)	9,8%	(27,9)	(36,0)	29,0%
Contribuição social	0,4	(0,7)	N.A.	(0,2)	(0,9)	350,0%
Imposto de renda	1,0	(1,6)	N.A.	(0,7)	(2,1)	200,0%
Lucro Líquido	15,1	46,7	209,3%	55,0	113,3	106,0%

No 2T13, o **lucro líquido** totalizou R\$46,7 milhões, um aumento de mais de 209% sobre o mesmo trimestre do ano passado, em função do aumento de quase 30% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo e despesa, que levaram ao crescimento de 80,0% do EBITDA. Além disso, devemos destacar a melhora de R\$7,4 milhões no resultado financeiro. Nesse trimestre, nosso **lucro por ação** ficou em R\$0,16.

FIES

Conforme esperávamos, a **base de alunos FIES** cresceu significativamente em relação ao 1T13, alcançando 61,1 mil alunos ao final de junho, um aumento de 102% sobre o 2T12 e 25% sobre o 1T13, representando 25,6% da nossa base de alunos de graduação presencial no encerramento do trimestre. O aumento de 12,2 mil alunos ao longo do semestre letivo confirma a tendência de adesão ao FIES durante o período, desta vez com destaque para os calouros. No fim do semestre, 20,4 mil dos alunos ingressantes em 2013.1 finalizaram a contratação do FIES, o que representa cerca de 23% da captação presencial total.

Tabela 18 – Base de Alunos FIES

Em mil	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13	Var.
Alunos de Graduação Presencial	201,1	221,7	209,9	259,1	238,8	18,7%
Alunos FIES	30,3	39,5	41,3	48,9	61,1	101,6%
% de Alunos FIES	15,1%	17,8%	19,7%	18,9%	25,6%	10,5 p.p.

Comentário do Desempenho

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos líquido** (mensalidades e acordos), incluindo recebíveis e receita líquida do FIES, apresentou uma redução de 6 dias em relação ao 1T13 e aumento de 2 dias em relação ao 2T12, ficando em 79 dias. Excluindo a receita líquida FIES e os recebíveis FIES do cálculo, nosso PMR ex-FIES ficou em 85 dias, 9 dias acima do 2T12. A permanência desse número no mesmo patamar do 1T13 tem relação direta com o processo de adesão ao FIES que se estendeu até 30 de junho. No final deste semestre, tínhamos ainda cerca de 5 mil alunos aderindo ao FIES, cujas mensalidades não-FIES estavam em aberto. Posteriormente, uma vez confirmadas as adesões desses alunos, cancelamos as mensalidades em aberto, com contrapartida no Contas a Receber FIES.

Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
Contas a Receber Bruto	350,9	351,6	362,3	428,5	439,7
FIES	36,5	45,0	55,7	82,2	77,3
Mensalidades de alunos	261,7	251,5	267,7	289,9	307,7
Cartões a receber	20,0	25,3	19,0	27,1	23,8
Acordos a receber	32,8	29,8	19,9	29,3	30,9
Taxas a receber	(0,0)	-	-	-	-
Créditos a identificar	(5,7)	(5,3)	(6,2)	(3,6)	(3,6)
Saldo PDD	(77,2)	(81,9)	(76,4)	(77,6)	(90,2)
Contas a Receber Líquido	268,0	264,4	279,7	347,4	345,9
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.254,7	1.316,1	1.383,3	1.466,0	1.568,1
Dias do Contas a Receber Líquido	77	72	73	85	79
Receita Líquida Ex- FIES (Últimos 12 meses)	1.096,9	1.098,1	1.111,3	1.133,3	1.143,9
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES e Receita FIES	76	72	73	84	85

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES

Prazo médio de recebimento - FIES	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
Contas a Receber FIES	36,5	45,0	55,7	82,2	77,3
Contas a Compensar FIES	2,3	10,9	1,1	0,4	0,5
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	157,8	218,0	272,0	332,7	424,2
Dias do Contas a Receber FIES	88	92	75	89	66

O **contas a receber FIES** apresentou redução de R\$4,9 milhões em relação ao 1T13, já refletindo a normalização do processo de repasse de certificados, após o período de maior volume de aditamentos de contratos FIES no 1T13. De fato, apenas no 2T13, foram R\$153,2 milhões em repasses do FIES, um aumento de R\$78,5 milhões em relação ao trimestre imediatamente anterior. Como observamos no 1T13, a concentração dos processos de aditamento nos trimestres ímpares tende a elevar o prazo médio de recebimento FIES nesses trimestres. Já podemos ver a reversão desse cenário, com o PMR FIES caindo para 66 dias no 2T13, uma redução de 23 dias em relação ao 1T13 e de 22 dias em relação ao 2T12, mesmo com uma base de alunos FIES substancialmente maior.

Consideramos que o patamar do nosso contas a receber FIES, em torno de R\$77 milhões, ou cerca de 1,5 a 2 vezes a receita líquida mensal do FIES, é adequado para a expansão sustentável da base FIES em nossa operação.

O **contas a compensar** se manteve estável em relação ao 1T13, o que evidencia que os leilões de recompra e pagamento de impostos vem transcorrendo normalmente.

Tabela 21 – Movimentação do Contas a Receber FIES*

Comentário do Desempenho

Contas a Receber FIES (R\$ milhões)	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
Saldo Inicial	55,4	36,5	45,0	55,7	82,2
(+) Receita Líquida FIES	60,7	78,7	90,2	103,1	152,2
(-) Repasse	75,6	70,1	81,0	74,7	153,2
(-) PDD FIES	4,1	1,0	-1,8	2,0	4,2
(+) Adquiridas	-	0,8	-0,3	-	0,3
Saldo Final	36,5	45,0	55,7	82,2	77,3

Tabela 22 – Movimentação do Contas a Compensar FIES*

Contas a Compensar FIES (R\$ milhões)	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
Saldo Inicial	8,0	2,3	10,9	1,1	0,4
(+) Repasse	75,6	70,1	81,0	74,7	153,2
(-) Impostos	33,0	43,0	48,5	44,7	59,9
(-) Recompra em leilão	50,2	18,5	42,7	30,6	93,2
(+) Adquiridas	1,9	-	0,4	-	-
Saldo Final	2,3	10,9	1,1	0,4	0,5

Tabela 23 – Aging do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	2T12	%	2T13	%
FIES	36,5	10%	77,3	18%
A vencer	76,2	22%	78,4	18%
Vencidas até 30 dias	43,9	13%	45,2	10%
Vencidas de 31 a 60 dias	29,0	8%	40,7	9%
Vencidas de 61 a 90 dias	33,6	10%	40,4	9%
Vencidas de 91 a 179 dias	54,6	16%	67,5	15%
Vencidas há mais de 180 dias	77,2	22%	90,2	21%
TOTAL	350,9	100%	439,7	100%

Tabela 24 – Aging dos Acordos a Receber¹

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	2T12	%	2T13	%
A vencer	14,1	43%	12,4	40%
Vencidas até 30 dias	6,5	20%	3,4	11%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,6	5%	2,0	6%
Vencidas de 61 a 90 dias	1,5	5%	2,2	7%
Vencidas de 91 a 179 dias	3,4	10%	6,0	19%
Vencidas há mais de 180 dias	5,7	17%	4,9	16%
TOTAL	32,8	100%	30,9	100%
% sobre o Contas a Receber Bruto	9%		7%	

¹Não considera acordos com cartões de crédito

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Nossa carteira de recebíveis continua saudável em 2013. Graças à continuidade de nossas políticas rigorosas para renegociação de dívidas, no 2T13 contamos com apenas 7% do total de recebíveis originados de renegociações com alunos, 2 p.p. abaixo do 2T12, mantendo a melhora que apresentamos no 1T13. O percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 42% do total de acordos, ou seja, apenas 3,0% do total de nossa carteira de recebíveis.

Comentário do Desempenho

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 25 e 26 demonstram como a nossa PDD é constituída e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

Tabela 25 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R\$ milhões	31/12/2012	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30/06/2013
Mensalidades e taxa	59,7	72,9	(23,5)	49,4	(38,4)	70,7
Adquiridas	16,7	13,6	(5,6)	8,0	(5,3)	19,4
TOTAL	76,4	86,5	(29,1)	57,4	(43,7)	90,2

(*) Informações não revisadas pelos auditores

Tabela 26 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	30/06/2013
Complemento da provisão	57,4
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(4,0)
Venda de carteira de clientes	(8,6)
Efeitos das adquiridas no ato da aquisição	(2,6)
Outros	(0,6)
Total	41,6

Investimento (CAPEX e Aquisições)

Tabela 27 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
CAPEX Total	47,4	56,8	19,8%	72,2	70,6	-2,2%
Manutenção	17,3	18,0	4,0%	25,7	26,3	2,3%
Discrecionário, Expansão e Aquisições	30,1	38,8	28,9%	46,5	44,3	-4,6%
Modelo de Ensino	4,3	2,1	-51,2%	8,3	4,0	-51,9%
Nova Arquitetura de TI	1,2	4,1	241,7%	5,7	5,6	-2,5%
Projetos de Integração	-	0,4	N.A	-	0,4	N.A
Projeto Tablet	1,7	3,1	82,4%	5,3	5,2	-1,9%
Expansão	1,7	2,2	29,4%	5,9	2,2	-62,7%
Aquisições	21,2	26,9	26,9%	21,2	26,9	26,9%

O **CAPEX total** no 2T13 ficou em R\$56,8 milhões, 19,8% acima do registrado no 2T12, devido ao aumento do nível de investimentos discrecionários, de acordo com as nossas previsões, visto que tais linhas apresentaram níveis mais baixos no 1T13, e aos investimentos em aquisições.

O **CAPEX de manutenção** totalizou R\$18,0 milhões no trimestre, um aumento de 4,0% em relação ao apresentado no 2T12, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. No 2T13, também foram investidos cerca de R\$2,1 milhões no projeto do **Modelo de Ensino** (construção de conteúdo e desenvolvimento e produção EAD); R\$3,1 milhões no Projeto *Tablet*; e R\$4,1 milhões na aquisição de hardware e no desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento da Companhia.

Comentário do Desempenho

Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades** totalizaram R\$2,2 milhões no 2T13 e compreenderam os investimentos realizados em novas unidades, como o novo campus Parangaba, em Fortaleza, além de investimentos em expansões, novas salas e unidades a serem lançadas.

Capitalização e Caixa

Tabela 28 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/06/2012	31/03/2013	30/06/2013
Patrimônio líquido	679,1	1.371,3	1.431,2
Caixa e disponibilidades	167,7	747,5	741,9
Endividamento bruto	(272,2)	(309,8)	(315,3)
Empréstimos bancários	(258,4)	(278,8)	(274,0)
Curto prazo	(7,7)	(14,0)	(19,5)
Longo prazo	(250,6)	(264,8)	(254,4)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(9,5)	(22,8)	(32,0)
Parcelamento de tributos	(4,4)	(8,1)	(9,3)
Caixa / Dívida líquida	(104,5)	437,7	426,6

Ao final do 2T13, o **caixa e disponibilidades** totalizavam R\$741,9 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** bancário de R\$274,0 milhões corresponde à primeira emissão de debêntures da Companhia de R\$200 milhões, às linhas de financiamento junto ao IFC (primeiro empréstimo de R\$48,5 milhões e primeiro saque referente à segunda linha de financiamento, em torno de R\$20 milhões) e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$32,0 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$315,3 milhões no encerramento do trimestre. Dessa forma, o **caixa líquido** da Estácio ficou em R\$426,6 milhões no encerramento do 2T13.

Fluxo de Caixa

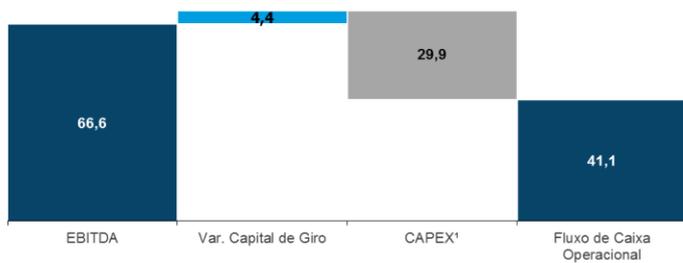
No 2T13, tivemos uma variação positiva de R\$4,4 milhões no capital de giro, ao passo que nosso CAPEX (ex-aquisições) ficou em R\$29,9 milhões, refletindo o maior nível de investimento que era esperado após o 1T13.

Tais variações somam-se ao nosso EBITDA de R\$66,6 milhões no trimestre, gerando um **fluxo de caixa operacional positivo** de R\$41,1 milhões, confirmando nossa expectativa de uma maior geração de caixa no 2T13, mesmo com um nível de CAPEX superior ao 1T13.

A **geração de caixa operacional antes de CAPEX** foi de R\$71,0 milhões no 2T13.

Gráfico 2 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – Trimestral

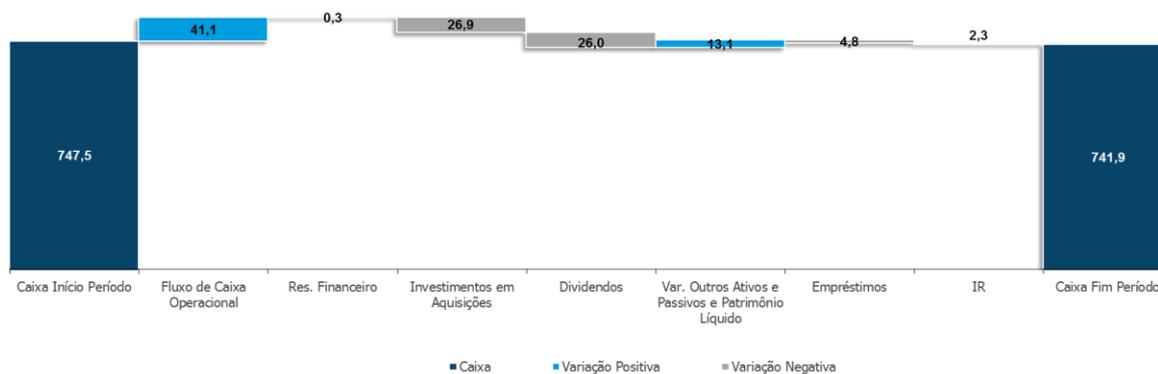
Comentário do Desempenho



*CAPEX excluindo Aquisições.

Nesse trimestre, o fluxo de caixa operacional positivo em R\$41,1 milhões foi consumido principalmente pelos investimentos em aquisições (R\$26,9 milhões) e pelo pagamento de dividendos (R\$26,0 milhões). Mesmo assim, a redução na posição de caixa e disponibilidades da Companhia foi de apenas R\$5,6 milhões, encerrando o 2T13 com uma posição de R\$741,9 milhões.

Gráfico 3 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Trimestral



A seguir temos o detalhamento do nosso fluxo de caixa operacional, para melhor apresentação das variações no nosso capital de giro.

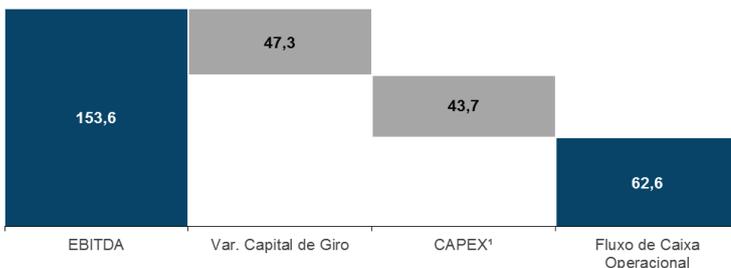
Tabela 29 – Fluxo de Caixa Trimestral 2T13 x 2T12

Comentário do Desempenho

Em milhões	2T12	2T13
Caixa Início Período	182,7	747,5
EBITDA	37,0	66,6
Variações no Capital de Giro	17,2	4,4
Aumento (Redução) em Contas a receber	10,5	1,4
Aumento (Redução) em Contas a compensar	4,8	0,0
Aumento (Redução) em Adiantamentos a funcionários e terceiros	(5,5)	(3,3)
Aumento (Redução) em Despesas antecipadas	6,3	11,1
Aumento (Redução) em Impostos e contribuições	(1,7)	(6,4)
Aumento (Redução) em Fornecedores	2,5	(1,6)
Aumento (Redução) em Salários e encargos sociais	4,9	5,8
Aumento (Redução) em Obrigações tributárias	(5,9)	(3,0)
Aumento (Redução) em Mensalidades recebidas antecipadamente	1,9	2,7
Aumento (Redução) em Compromissos a pagar	(0,6)	(2,2)
CAPEX	(47,4)	(56,8)
Variação do Ativo Permanente	(31,1)	(38,8)
Depreciação e amortização	(16,3)	(17,9)
Investimentos em aquisições	21,2	26,9
Fluxo de Caixa Operacional	28,0	41,1
Investimentos em aquisições	(21,2)	(26,9)
Resultado Financeiro	(7,1)	0,3
Variações em Outros Ativos e Passivos e Patrimônio Líquido	(9,2)	13,1
Dividendos	-	(26,0)
Empréstimos	(6,9)	(4,8)
IR	1,4	(2,3)
Caixa Fim Período	167,7	741,9

No 1S13, o fluxo de caixa operacional foi positivo em R\$62,6 milhões, R\$22,1 milhões acima do registrado no primeiro semestre de 2012. Tal evolução é influenciada não somente pelo crescimento do EBITDA, mas também pela nossa melhor gestão do caixa, dos recebíveis e dos processos do FIES, evidenciando nossa evolução contínua na geração de caixa para a Companhia.

Gráfico 4 - Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) - Semestral

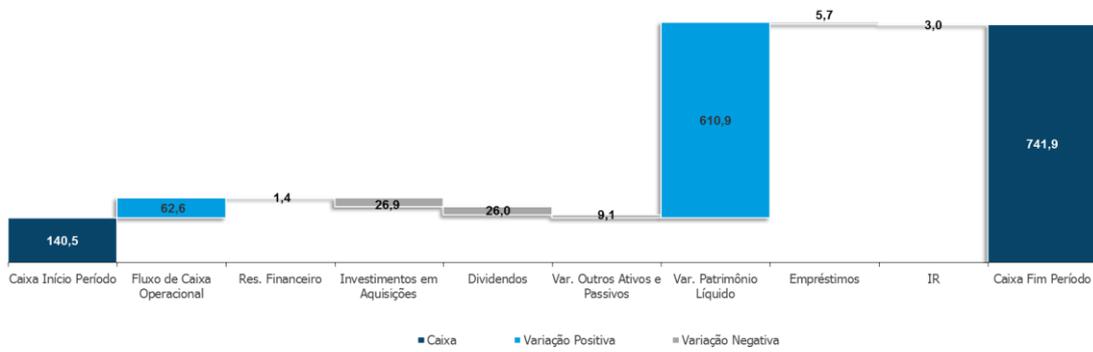


¹CAPEX excluindo Aquisições.

No 1S13, o fluxo de caixa operacional, positivo em R\$62,6 milhões, e a oferta pública de ações, concluída em janeiro, foram os principais responsáveis pelo aumento de R\$601,4 milhões em nossa posição de Caixa, que mais do que compensaram os investimentos em aquisições e o pagamento de dividendos. Assim, a posição de caixa e disponibilidades da Estácio era de R\$741,9 milhões ao final do 1S13.

Gráfico 5 - Fluxo de Caixa (R\$ milhões) - Semestral

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui treze empresas, sendo onze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e quatro faculdades, distribuídas em vinte Estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de agosto de 2013, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.24).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) /IAS 34 - "Demonstrações Intermediárias". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 (R1) /IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) - "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas nas informações contábeis intermediárias para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2012.

Para melhor comparabilidade das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012, a Companhia efetuou a reclassificação de R\$ 6.246 (controladora) e R\$ 7.329 (consolidado) da atividade operacional para atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	100	100
Estácio Editora	100	100
	Indireta - %	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educativa do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A ("Unisãoluis")	100	100
UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educativos e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("Seama")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("Facitec")	100	100

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

2.3 Combinação de negócios

A aquisição feita no exercício de 2013 está resumida a seguir:

(i) Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas ("FACITEC")

Em 5 de abril de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede e campus na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal.

O preço de aquisição foi determinado tendo como base em o *enterprise value* da empresa de R\$ 29.000, menos o valor da dívida assumida pelo Grupo, de R\$ 1.824.

Está previsto um pagamento adicional de R\$ 7 milhões caso a FACITEC venha a ser transformada em Centro Universitário até 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A instituição foi fundada em 2001 e possuía, na data de aquisição, cerca de 3.600 alunos e 120 professores distribuídos em 13 cursos de graduação e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão e livres.

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	<u>FACITEC</u>
Valor da aquisição	
Caixa	15.176
Compromissos a pagar	<u>12.000</u>
Total da contraprestação	<u>27.176</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>(1.139)</u>
Ágio	<u>26.037</u>
Fundo de comércio	1.657
<i>Goodwill</i>	24.380
	<u>FACITEC</u>
Caixa e equivalentes de caixa	232
Clientes	1.147
Imobilizado	2.001
Empréstimos e financiamentos	(180)
Fornecedores	(525)
Obrigações trabalhistas	(204)
Obrigações tributárias	(54)
Parcelamentos	(704)
Provisões	<u>(574)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.139</u>

A Companhia ainda não procedeu à alocação do ágio, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(ii) Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")

Em 17 de junho de 2013 a Companhia, através de sua controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. ("ATUAL"), formalizou o compromisso de compra da totalidade das ações da Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC"), mantenedora das Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina ("FASSESC"), instituição com sede e campus na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Caso a operação seja concluída, o valor do investimento na ASSESC será de R\$ 5.825. A ASSESC possui aproximadamente 915 alunos alocados em 4.970 vagas totais, divididas em 10 cursos de graduação e um ticket médio de aproximadamente R\$ 570.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A aquisição significará a entrada do Grupo na capital catarinense, o que proporcionará a consolidação das operações na Grande Florianópolis, considerando o Centro Universitário de São José.

2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

2.9 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as informações contábeis intermediárias individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas informações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.12 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas informações contábeis intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do período pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontada a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subseqüentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	<u>Em percentuais</u>
	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Margem bruta (i)	38,7
Taxa de crescimento (ii)	5
Taxa de desconto (iii)	14,6

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de informações contábeis intermediárias e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, mas não trouxeram impactos para o Grupo:

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados".
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.
- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**3 Caixa e equivalentes de caixa
e títulos e valores mobiliários**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	137	132	6.838	18.132
Caixa e equivalentes de caixa	137	132	6.838	18.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	147.391	39.505	181.981	51.068
Fundo de Investimento	126.993	1.105	133.589	2.908
Operações Compromissadas	361.008	47.885	419.502	68.364
Títulos e valores mobiliários	635.392	88.495	735.072	122.340
	<u>635.529</u>	<u>88.627</u>	<u>741.910</u>	<u>140.472</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados por dois indexadores, pelo CDI com taxas variando de 93,0% a 101,5% em 30 de junho de 2013 (de 101,5% a 101,8% em 30 de junho de 2012) e IPCA, onde são acrescidos de 2,44% a.a..

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 75% a 105,7% do CDI em 30 de junho de 2013 (de 102,5% do CDI em 30 de junho de 2012).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2013 - 8,00%; 2012 - 8,50%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Os fundos de investimento consistem em fundos não exclusivos de renda fixa e multimercado, cuja carteira é composta principalmente por títulos públicos, debentures de empresas de primeira linha e outros títulos de renda fixa.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de junho de 2013 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
FIES	77.294	55.735
Mensalidades de alunos	274.913	235.319
Contas a receber PJ	32.761	32.349
Cartões a receber	23.837	18.982
Acordos a receber	30.866	19.896
	<u>439.671</u>	<u>362.281</u>
Créditos a identificar	(3.564)	(6.187)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(90.165)</u>	<u>(76.437)</u>
	<u><u>345.942</u></u>	<u><u>279.657</u></u>

Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30 de junho de 2013	%	31 de dezembro de 2012	%
FIES	77.294	18	55.735	15
A vencer	78.441	18	76.258	21
Vencidas até 30 dias	45.150	10	37.217	10
Vencidas de 31 a 60 dias	40.673	9	31.599	9
Vencidas de 61 a 90 dias	40.408	9	28.839	8
Vencidas de 91 a 179 dias	67.540	15	56.196	16
Vencidas a mais de 180 dias	90.165	21	76.437	21
	<u>439.671</u>	<u>100</u>	<u>362.281</u>	<u>100</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30 de junho de 2013	%	31 de dezembro de 2012	%
A vencer	12.364	40	7.558	38
Vencidas até 30 dias	3.405	11	2.349	12
Vencidas de 31 a 60 dias	2.025	7	917	5
Vencidas de 61 a 90 dias	2.209	7	1.109	5
Vencidas de 91 a 179 dias	5.995	19	3.159	16
Vencidas a mais de 180 dias	4.868	16	4.804	24
	30.866	100	19.896	100

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	31 de dezembro de 2012	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30 de junho de 2013
Mensalidades e taxas	59.702	72.939	(23.501)	49.438	(38.396)	70.744
Adquiridas	16.735	13.594	(5.585)	8.009	(5.323)	19.421
	76.437	86.533	(29.086)	57.447	(43.719)	90.165

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

- (i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iv) Para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC, constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 26), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica despesas comerciais, estava representada da seguinte forma:

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Complemento da provisão	57.447	43.697
Baixa de cobrança e depósito não identificado	(4.030)	(1.469)
Venda de carteira de clientes	(8.555)	(5.000)
PDD das empresas adquiridas	(2.595)	
Risco de crédito - FIES	10	6.202
Outros	(636)	615
	<u>41.641</u>	<u>44.045</u>

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		Indexação
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	
Ativo circulante					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	813	813			110% CDI
IREP	78	78			110% CDI
Editora	6	6			110% CDI
	<u>897</u>	<u>897</u>			
Pessoas ligadas			<u>259</u>	<u>259</u>	100% CDI
	<u>897</u>	<u>897</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	
Despesas antecipadas (i)			650	1.300	
Fundo de investimento (ii)			<u>3.124</u>	<u>1.027</u>	
			<u>3.124</u>	<u>2.327</u>	
Ativo não circulante					
AFAC - Investimentos (Nota 8)					
IREP	20.429				
Nova Academia	1.035	705			
SESES	18.450	35.900			
	<u>39.914</u>	<u>36.605</u>			

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		Indexação
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	3.978	3.119			110% CDI
IREP	65	3			110% CDI
Atual	3				110% CDI
Nova Academia	3				110% CDI
FAL	1				110% CDI
Fatern	2				110% CDI
Seama	4				110% CDI
	<u>4.056</u>	<u>3.122</u>			

Composição resultado

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Resultado em operações de mútuo		
Juros recebidos	-	(380)
Juros pagos	-	286
Resultado líquido em 30 de junho	-	(94)

- (i) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda ("ARemor"), empresa pertencente a um membro da Diretoria da Companhia, cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à AREMOR R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

- (ii) Em 16 de agosto de 2012, a Companhia aplicou o valor de R\$ 1.000 no Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual, cuja carteira é composta por cotas do fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP ("Fundo BRZ"). A GP Investimentos possui participação de 91,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui R\$ 3.124 aplicados no respectivo fundo.

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Seguros	35	100	2.129	1.393
IPTU a apropriar			3.571	
Material didático (*)			9.092	6.128
Antecipação de férias e encargos			10.662	21.522
Taxa de Credenciamento - Mec			2.439	
Outras despesas antecipadas		442	1.012	3.225
Total	35	542	28.905	32.268
Ativo circulante	35	542	26.103	30.931
Ativo não circulante			2.802	1.337
	35	542	28.905	32.268

- (*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período a que se referem.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
IRPJ	6.695	6.301	15.959	15.761
CSLL	249	249	2.025	2.112
PIS		(2)	435	171
COFINS	5	(5)	1.750	501
ISS	72	74	15.042	11.581
INSS			4.592	1.194
FGTS			46	43
IOF	105	105	112	111
	<u>7.126</u>	<u>6.722</u>	<u>39.961</u>	<u>31.474</u>
Ativo circulante	407		15.960	10.588
Ativo não circulante	6.719	6.722	24.001	20.886

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda. - Seses	558.983	453.115
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	471.405	350.141
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	15.657	14.814
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	(21)	(18)
	<u>1.046.024</u>	<u>818.052</u>

As informações das controladas estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial
Seses	100%	322.127	698.439	157.907	540.532	18.450		41.842
Irep	100%	211.000	556.097	167.563	388.534	20.429	62.442	70.323
Nova Academia de Concurso	100%	5.755	5.091	4.487	604	1.035	14.018	(432)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	68	(26)		5	(3)
Total - 30 de junho de 2013			<u>1.259.668</u>	<u>330.025</u>	<u>929.644</u>	<u>39.914</u>	<u>76.465</u>	<u>111.730</u>
Seses	100%	267.227	609.571	192.357	417.214	35.900		50.884
Irep	100%	211.000	454.503	166.804	287.699		62.442	84.881
Nova Academia de Concurso	100%	4.475	3.995	3.903	92	705	14.018	(1.623)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	64	(23)		5	(8)
Total - 31 de dezembro de 2012			<u>1.068.110</u>	<u>363.128</u>	<u>704.982</u>	<u>36.605</u>	<u>76.465</u>	<u>134.134</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2011	<u>663.058</u>
Equivalência patrimonial	134.134
Aumento de capital	94.648
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.492)
Dividendos	(93.699)
Reserva de retenção de lucros (i)	23.865
Opções outorgadas	<u>4.538</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	<u>818.052</u>
Equivalência patrimonial	111.730
Aumento de capital	19.240
Adiantamento para futuro aumento de capital	39.915
Reserva de retenção de lucros (ii)	53.699
Opções outorgadas	<u>3.388</u>
Investimentos em controladas em 30 de junho de 2013	<u><u>1.046.024</u></u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.866. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.865 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas IREP e SESES efetuaram propostas de dividendos no montante de R\$ 93.699. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2013, relativos à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 40.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 53.699 foram destinados à constituição de reserva de retenção de lucros.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

	Controladora											Consolidado				
	Direito de uso de software			Fundo de comércio		Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software		EAD e integração	CSC	Central de relacionamento		Fundo de comércio		Marcas e patentes	
	software	comércio	Total	investimentos	software		software	integração			CSC	ensino	relaciona-mento	comércio	patentes	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2012	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395			7.993	227.857		
Decorrente de combinação de negócio													2	2		
Adições				61.271	18.069	386		11.597		1.143			11.538	104.00		
Transferências				(5.595)	(15)	15				5.595				4		
Depreciação/amortização	(1)	(273)	(274)		(13.971)	(2.851)	(388)	(1.306)	(469)	(4.627)		(2)	(351)	(23.965)		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506			19.180	307.89		
Adições	20		20	25.246	7.602	373		3.943		1.657			7.185	8		
Baixas					(55)									(55)		
Depreciação/amortização	(3)	(82)	(85)		(8.716)	(1.426)	(194)	(934)	(235)	(1.796)			(771)	(14.072)		
Saldos em 30 de junho de 2013	22	463	485	222.512	29.881	4.485	343	43.421	1.174	12.368			25.594	339.778		

	Controladora											Consolidado				
	Direito de uso de software			Fundo de comércio		Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software		EAD e integração	CSC	Central de relacionamento		Fundo de comércio		Marcas e patentes	
	software	comércio	Total	investimentos	software		software	integração			CSC	ensino	relaciona-mento	Comércio	patentes	Outros
Saldos em 30 de junho de 2013	27	818	845	229.436	73.177	15.029	1.940	50.781	2.348	18.792			26.980	418.483		
Custo total																
Amortização acumulada	(5)	(355)	(360)	(6.924)	(43.296)	(10.544)	(1.597)	(7.360)	(1.174)	(6.424)			(1.386)	(78.705)		
Valor residual	22	463	485	222.512	29.881	4.485	343	43.421	1.174	12.368			25.594	339.778		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7	818	825	204.190	70.565	14.656	1.940	46.837	2.348	17.133			19.796	377.465		
Decorrente de combinação de negócio													2	2		
Custo total																
Amortização acumulada	(2)	(273)	(275)	(6.924)	(39.515)	(9.118)	(1.403)	(6.425)	(939)	(4.627)		(2)	(616)	(69.569)		
Valor residual	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506			19.180	307.898		
Taxas anuais de amortização	20% a.a.	20% a.a.		Indefinida	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	5% a.a.	20% a.a.	20% a.a.			20% a.a.			

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ágio em aquisições de investimentos		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Idez	2.047	2.047
Fargs	8.055	8.055
Seama	18.035	18.035
Uniuol	956	956
São Luis	27.368	26.502
Facitec (Nota 2.3)	24.380	
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estacio Editora	5	5
	222.512	197.266

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2012, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado**Imobilizado - Controladora**

	Computadores e periféricos	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.068	6.068
Depreciação/amortização	<u>(2.361)</u>	<u>(2.361)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Depreciação/amortização	<u>(1.181)</u>	<u>(1.181)</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>2.526</u>	<u>2.526</u>
Saldos em 30 de junho de 2013		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	<u>(6.553)</u>	<u>(6.553)</u>
Valor residual	<u>2.526</u>	<u>2.526</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Custo total	9.080	9.080
Depreciação acumulada	<u>(5.373)</u>	<u>(5.373)</u>
Valor residual	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Taxa anual de depreciação - %	25,0	

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edifi- cações	Benefitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas/ hospitais	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobi- lização	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Adições		961	2.569	3.762	6.834	9.651	4.566	6.818	1.608	12.165	14.809	512	64.255
Baixas	(350)	(280)	(9)	(25)	(161)	(38)		(2)		(12)		(1.047)	(1.924)
Transferências		1.374	10.767					(8)		8	(12.141)		
Depreciação/amortização		(1.118)	(7.719)	(2.957)	(11.679)	(5.960)	(876)	(2.706)	(893)	(1.618)		(1.034)	(36.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.480	46.451	35.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Decorrente de combinação de negócio			197	248	336	336	1.103	40	77				2.001
Adições		114	456	2.473	1.719	1.788	1.051	4.251	856	6.272	3.493	(95)	22.473
Baixas			(16)	(8)	(35)	(6)				(43)		(158)	(203)
Transferências			158										
Depreciação/amortização		(569)	(4.392)	(1.739)	(7.021)	(3.014)	(573)	(1.563)	(498)	(1.483)		(730)	(21.582)
Saldos em 30 de junho de 2013	19.480	45.996	32.086	25.603	23.702	25.350	14.605	49.506	8.013	25.010	27.568	430	297.349
Saldos em 31 de dezembro de 2012													
Decorrente de combinação de negócio													
Custo total	19.480	84.724	107.302	56.859	86.653	67.849	26.681	87.291	13.526	32.132	27.568	12.060	622.125
Depreciação acumulada		(38.728)	(75.216)	(31.256)	(62.951)	(42.499)	(12.077)	(37.784)	(5.513)	(7.122)		(11.630)	(324.776)
Valor residual	19.480	45.996	32.086	25.603	23.702	25.350	14.604	49.507	8.013	25.010	27.568	430	297.349
Taxas anuais de depreciação - %		1,67	11,11	8,33	25,00	8,33	6,67	5,00	8,33	16,67			

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	44.096	43.258
Depreciação acumulada	(32.760)	(30.552)
Saldo contábil, líquido	<u>11.336</u>	<u>12.706</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			228	228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a				4
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			4.780	5.813
Contratos de arrendamento mercantil Assist				992	1.325
Contratos de arrendamento mercantil CIT				17	33
Contratos de arrendamento mercantil Total Service				168	
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês				8
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	67.269	67.315	67.269	67.315
Emissão de Debêntures	CDI +1,60%	200.509	200.330	200.508	200.331
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú (Nota 18(d))		34	4.660	34	4.660
Empréstimo - Banco do Brasil				2	7
		<u>267.812</u>	<u>272.305</u>	<u>273.998</u>	<u>279.724</u>
Passivo circulante		15.436	9.978	19.549	13.856
Passivo não circulante		<u>252.376</u>	<u>262.327</u>	<u>254.449</u>	<u>265.868</u>
		<u>267.812</u>	<u>272.305</u>	<u>273.998</u>	<u>279.724</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os custos de captação somam R\$ 3.820 em 30 de junho de 2013, sendo R\$ 2.684 dos empréstimos com o IFC (R\$ 596 do 1º empréstimo e R\$ 2.088 do 2º empréstimo) e R\$ 1.136 das debêntures. A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 9,84%.

O Grupo possui as seguintes linhas de crédito não utilizadas:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Taxa variável		
Com vencimento em até um ano	132.900	122.574
	<u>132.900</u>	<u>122.574</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	17.351	27.336	18.052	28.509
2015	48.706	48.690	49.407	49.874
2016	68.706	68.690	69.378	69.874
2017	88.706	88.690	88.706	88.690
2018	8.706	8.691	8.706	8.691
2019	8.882	8.892	8.882	8.892
2020	8.882	8.892	8.882	8.892
2021	2.437	2.446	2.436	2.446
Passivo não circulante	<u>252.376</u>	<u>262.327</u>	<u>254.449</u>	<u>265.868</u>

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 21.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 44.096.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. A presente emissão não possuía cláusula de repactuação. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	30 de junho de 2013
2013	11.388
2014	9.648
2015	39.825
2016	59.824
2017	79.824
	<u>200.509</u>

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 9,44% (2012 - 8,60%).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em Reais.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Salários e encargos sociais a pagar	140	136	60.971	50.367
Provisão de férias			26.114	15.360
Provisão de 13º salário			12.630	
	140	136	99.715	65.727

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
ISS a recolher		2	11.922	11.161
IRRF a recolher	56	16	6.775	5.583
PIS e COFINS a recolher	100	3	869	922
IOF			384	384
	156	21	19.950	18.050
IRPJ a recolher	619		1.631	3.031
CSLL a recolher	233	3	597	1.148
	852	3	2.228	4.179
	1.008	24	22.178	22.229

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
IRPJ	66	72
CSLL	108	115
FGTS	145	12
ISS	958	167
PIS	97	66
COFINS	307	346
INSS	7.618	7.842
	9.299	8.620
Passivo circulante	1.971	2.210
Passivo não circulante	7.328	6.410
	9.299	8.620

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	806	697
2015	806	697
2016	806	697
2017	806	697
2018 a 2027	<u>4.104</u>	<u>3.622</u>
	<u>7.328</u>	<u>6.410</u>

15 Compromissos a pagar

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Atual		500
Fal	769	888
Fatern	1.498	1.730
Seama	2.068	5.145
Idez	250	445
Fargs	2.140	2.072
Uniuol	604	583
Facitec	12.208	
São Luis	<u>12.429</u>	<u>12.802</u>
	<u>31.966</u>	<u>24.165</u>
Passivo circulante	8.957	12.985
Passivo não circulante	<u>23.009</u>	<u>11.180</u>
	<u>31.966</u>	<u>24.165</u>

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente a aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigidos mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 30 de junho de 2013		
Cíveis	3.721	14.443
Trabalhistas	21.714	69.818
Tributárias		8.248
	<u>25.435</u>	<u>92.509</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Cíveis	3.955	13.138
Trabalhistas	19.241	62.157
Tributárias	9	7.926
	<u>23.205</u>	<u>83.221</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012				
Adições	9	19.241	3.955	23.205
Reversões	(9)	(13.168)	(1.062)	(14.473)
	<u>9</u>	<u>19.241</u>	<u>3.955</u>	<u>23.205</u>
Saldos em 30 de junho de 2013				
	<u>9</u>	<u>21.714</u>	<u>3.721</u>	<u>25.435</u>

No período findo em 30 de junho de 2013 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

Composição resultado

Adições	16.703
Reversões	(14.472)
Reversão responsabilidade antigos quotistas	(161)
Outros	(69)
	<u>1.999</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	<u>1.999</u>

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.721 em 30 de junho de 2013 (R\$ 3.955 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Em milhares de reais</u>
Indenização danos morais	2.634
Cobrança indevida	638
Impedimento de matricula/rematricula	79
Problemas com disciplina	54
Devolução de taxas	52
Demora expedição de diploma	40
Outros*	224
	<u>3.721</u>

- Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 67.947 (R\$ 73.148 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Ação de cobrança decorrente de contrato de seguro de saúde, através da qual a seguradora que atendia os nossos colaboradores alega possuir um crédito em face da Companhia, oriundo de suposto excesso na taxa de sinistralidade. Alega a Seguradora que o prêmio pago não foi suficiente para suportar todos os sinistros verificados na vigência do seguro saúde dos funcionários da Companhia. O processo encontra-se em fase de conhecimento. O valor estimado para esse processo é de R\$ 5.782.
- (ii) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação da Companhia no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. Em 15 de setembro de 2011, foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelas partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500.

- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo a Companhia, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 1.000.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 21.714 em 30 de junho de 2013 (R\$ 19.241 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	4.683
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.452
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.040
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.383
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.314
Férias	1.232
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	820
Desvio de função e equiparação	740
Outros*	4.050
	<u>21.714</u>

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do Sindicato.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 30 de junho de 2013 é de R\$ 71.567 (R\$ 104.324 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda possível, destacam-se aquelas movidas por Sindicatos de Professores, tais como:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor atribuído pelo Sindicato é de R\$ 1.500.
- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 500.
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de perícia. O valor atribuído aleatoriamente à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e concluíram que não há processos que devam ser classificados com risco de perda provável. Em razão desse fato, a Administração não mantém qualquer provisão para essas ações em 30 de junho de 2013.

Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2013 é de R\$ 330.017 (R\$ 336.668 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia informa, ainda, que as ações tributárias classificadas com risco de perda remota, na mesma data, alcançam o valor de R\$ 603.050.

Dentre as principais ações de natureza tributárias não provisionadas nas informações contábeis, podemos destacar:

- (i) Em 2008, foram lavrados 24 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da controlada SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transformou em sociedade empresária. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia em 2011. Em abril de 2013, 05 dessas autuações foram julgadas nulas em razão de vício formal na fundamentação dos referidos autos de infração. Os demais recursos se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido dessas autuações é de R\$ 562.130, sem considerar os efeitos da referida decadência. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

- (ii) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. . Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia em 2012, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido é de R\$ 189.274. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Em 2008, foi movida Ação Popular, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. . Contra tal decisão, o autor apresentou recurso de apelação. Em 10 de maio de 2012, foi publicado acórdão (decisão de 2ª instância judicial) que reverteu o teor da decisão proferida em 1ª instância para reconhecer a legitimidade passiva da Companhia. Em virtude dessa decisão, a Companhia interpôs Recursos Especial e Extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 208.320.
- (iv) Em 2009, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma "nova sociedade por quotas limitadas"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 167.396. A classificação de risco de perda atribuída pelos os assessores jurídicos externos é remota.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei nº 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 12.019.
- (vii) Em 2005, foi interposta Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.179. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é remota e o valor total envolvido é de R\$ 36.018.
- (viii) Em 1997, foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.525.
- (ix) Em 2008, foi interposta ação anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.900.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (x) Em 2010, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.700.
- (xi) Em 2012, foi interposta ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.400.
- (xii) Em 2011, foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP (Guia Fiscal de Informações Previdenciárias) de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 22.600. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiii) Em 2012, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da Estácio Participações, tendo por objeto supostos débitos de IRPJ e CSLL. O auto questiona a suposta impossibilidade de dedução de uma série de despesas por não se enquadrarem no conceito de operacionais (art. 299 do Decreto nº 3.000/1999). Foi apresentada impugnação, em 6 de novembro de 2012, através da qual, em linhas gerais, foi sustentado o enquadramento no conceito de operacional. Atualmente, a referida impugnação está pendente de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 3.870. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiv) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados nos autos de infração nº.:39.808401-7, 39.838008-2 e 39.808402-5, referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 24.960. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xv) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados no auto de infração nº. 36.266.291-6, referente a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 3.030. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(xvi) Em 2005, foi distribuída Ação Anulatória pela SESES, em face da União Federal, para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009, ainda não julgado. O valor total depositado e envolvido é de R\$ 1.405. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de junho de 2013, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 13.471 (R\$ 14.914 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de junho de 2013 o capital social é representado por 293.698.314 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	Ações ordinárias			
	30 de junho de 2013	%	31 de dezembro de 2012	%
Acionistas				
Private Equity C, LLC	35.320.383	12,1	15.290.209	18,5
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	985.917	0,3	426.804	0,5
Administradores e Conselheiros	2.064.393	0,7	533.799	0,6
Tesouraria	1.796.700	0,6	384.600	0,5
Outros	253.530.921	86,3	65.869.939	79,9
	<u>293.698.314</u>	<u>100,0</u>	<u>82.505.351</u>	<u>100,0</u>

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 20 de abril e 12 de setembro de 2012; 24 de janeiro, 30 de janeiro, 15 de abril e 02 de maio de 2013, foram aprovadas a emissão privada de 182.622, 70.792, 12.771.392, 1.915.708, 702.249 e 4.738 ações ordinárias nominativas, respectivamente, sem valor nominal, com conseqüente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 3.406, R\$ 1.521, R\$ 536.398, R\$ 80.458, R\$ 14.308 e R\$ 105, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2013, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) ação atualmente existente em 3 (três) ações da mesma classe e espécie ("Desdobramento"). A alteração modifica a quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia, o qual passa a ser dividido em 293.698.314 ações ordinárias nominativas.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2012	247.516.053
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 24 de janeiro de 2013	38.314.176
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 31 de janeiro de 2013	5.747.124
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 15 de abril de 2013	2.106.747
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 02 de maio de 2013	<u>14.214</u>
Em 30 de junho de 2013	<u>293.698.314</u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da Companhia.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

O programa foi encerrado em 15 de abril de 2013 após o exercício da última call, no total a Companhia exerceu a opção de compra de 335.900 (trezentas e trinta e cinco mil e novecentas ações) ações a um preço médio de R\$ 21,27.

<u>Opções de recompra de ações</u>	<u>Operação</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
31 de dezembro de 2012	214.300	19,67	4.216
Exercício da opção de compra	(214.300)	19,67	(4.216)
30 de junho de 2013			
	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
Opções de recompra de ações	1.796.700	6,32	11.348
Ações em tesouraria adquiridas			
30 de junho de 2013			11.348

(d) Reservas de capital**(d.1) Ágio na subscrição de ações**

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, e composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (*)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
	<u>96.565</u>	<u>96.565</u>

(*) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 2.009 durante o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 4.538 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012), conforme mencionado na Nota 21(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2012, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 78.152 a reserva de retenção de lucros, objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração e aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 30 de junho de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2013				
Fornecedores	27.549			
Empréstimos	41.212	51.939	223.786	29.747
Obrigações com arrendamento financeiro	3.883		2.074	
Compromissos a pagar	8.957	9.550	5.288	8171
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	35.435			
Empréstimos	26.035	49.820	249.192	35.261
Obrigações com arrendamento financeiro	3.631		3.533	
Compromissos a pagar	12.985	3.457	1.592	6.131

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 29 de maio de 2013 (8,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras (*)	CDI	8,00%	10,0%	12,00%
735.072		58.806	73.507	88.209
Debêntures	CDI+1,60	8,00%	10,00%	12,00%
(201.645)		(19.616)	(23.713)	(27.811)
IFC I	CDI+1,53	8,00%	10,00%	12,00%
(49.076)		(4.737)	(5.734)	(6.730)
IFC II	CDI+1,69	8,00%	10,00%	12,00%
(20.877)		(2.051)	(2.476)	(2.900)
Posição líquida		32.402	41.584	50.768
Cenário queda do CDI				
	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	8,00%	10,0%	12,00%
735.072		58.806	73.507	88.209
Debêntures	CDI+1,60	8,00%	10,00%	12,00%
(201.645)		(19.616)	(23.713)	(27.811)
IFC I	CDI+1,53	8,00%	10,00%	12,00%
(49.076)		(4.737)	(5.734)	(6.730)
IFC II	CDI+1,69	8,00%	10,00%	12,00%
(20.877)		(2.051)	(2.476)	(2.900)
Posição líquida		32.402	41.584	50.768

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(f) Gestão de capital**

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do período é apresentada a seguir em dados consolidados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Total do passivo	538.752	528.307
(-) Caixa e equivalente de caixa	<u>(6.838)</u>	<u>(18.132)</u>
Dívida líquida	531.914	510.175
Patrimônio líquido	<u>1.431.188</u>	<u>707.035</u>
Dívida líquida sobre patrimônio	<u>0,37</u>	<u>0,72</u>

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado

para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	87.030	87.030
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Vida em grupo	345.900	333.790
Demais ramos	2.660	2.660

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos períodos findos em 30 junho de 2013 e 30 de junho de 2012, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 9.350 e R\$ 7.470, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Conforme mencionado na Nota 18, em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie, passando o capital social ser dividido em 293.698.314 ações ordinárias nominativas.

Em 30 de junho de 2013 o número de opções outorgadas que tenham sido exercidas era de 3.872.802 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 11.294.916 ações.

A partir de 2013 a Companhia passa a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém não modificaremos as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Programa	Data fim da Carência	Data de Expiração	Fair Value	Preço do Ativo Base	Expectativa de Volatilidade anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida estimada (em anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 3,35	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	727.668	521.100
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 4,14	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	727.626	550.176
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 4,68	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	727.626	564.720
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 5,36	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	727.626	564.720
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,70	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	4,76	727.626	564.720
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 1,06	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	663.645	0
	15/04/2010	15/02/2020	R\$ 1,71	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	663.633	399.999
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,14	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	663.633	399.999
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,37	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	663.633	399.999
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,67	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,02	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	636.369	18.180
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,66	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	636.363	72.729
	14/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,07	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	636.363	72.729
	14/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,37	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	636.363	72.729
	14/04/2014	15/04/2024	R\$ 2,56	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	636.363	72.729
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 2,37	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	174.582	0
	15/04/2011	15/02/2021	R\$ 3,10	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	174.537	32.727
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,59	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	174.537	32.727
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	174.537	32.727
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,21	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	174.537	32.727
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,73	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	89.115	10.914
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,55	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	89.085	38.181
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 5,11	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	89.085	38.181
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,53	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	89.085	38.181
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,80	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	5,26	89.085	38.181
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	90.909	0
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,96	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	90.909	0
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,50	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	90.909	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,91	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	90.909	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	5,12	90.909	0
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,05	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	129.702	39.063
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,87	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	129.684	39.063
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	129.684	48.438
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,80	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	129.684	48.438
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,04	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	4,72	129.684	48.438
Programa 2P nov/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,36	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	12.000	0
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,22	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	12.000	0
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,80	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	12.000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,24	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	12.000	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,52	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	12.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,96	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	195.807	10.170
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	195.807	35.592
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,69	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	195.807	35.592
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,22	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	195.807	35.592
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 5,57	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	5,28	195.807	35.592
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,15	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	165.324	27.981
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,13	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	165.240	45.759
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,78	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	165.240	45.759
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,28	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	165.240	45.759
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	4,99	165.240	45.759
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,65	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	306.000	33.000
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,34	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	306.000	33.000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,79	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	306.000	33.000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,13	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	306.000	33.000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 3,35	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	5,03	306.000	33.000
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,80	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	48.000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,53	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	48.000	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,03	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	48.000	0
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,43	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	48.000	0
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,69	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	4,79	48.000	0
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 3,24	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	18.000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,97	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	18.000	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,48	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	18.000	0
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,89	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	18.000	0
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 5,15	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	4,69	18.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 7,19	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	15.000	0
	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,76	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	15.000	0
	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,24	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	15.000	0
	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,67	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	15.000	0
	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,96	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	5,44	15.000	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Data fim da Carência	Data de Expiração	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida estimada (em anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P jan/13	10/01/2014	10/01/2024	R\$ 8,50	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	11	160.200	0
	10/01/2015	10/01/2025	R\$ 8,64	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	12	160.200	0
	10/01/2016	10/01/2026	R\$ 8,79	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	13	160.200	0
	10/01/2017	10/01/2027	R\$ 8,93	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	14	160.200	0
	10/01/2018	10/01/2028	R\$ 9,07	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	15	160.200	0
Programa 5P 3	01/03/2014	01/03/2024	R\$ 8,01	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	11	144.000	0
	01/03/2015	01/03/2025	R\$ 8,70	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	12	144.000	0
	01/03/2016	01/03/2026	R\$ 9,30	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	13	144.000	0
	01/03/2017	01/03/2027	R\$ 9,84	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	14	144.000	0
	01/03/2018	01/03/2028	R\$ 10,32	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	15	144.000	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de junho de 2013 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 2.009 no trimestre findo em 30 de junho de 2013 (R\$ 4.538 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de junho de 2013.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	<u>30 de junho de 2013</u>		<u>31 de dezembro de 2012</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
1º de janeiro	22,07	418.867	22,07	418.867
Concedidas	6,63	734.214	19,76	490.550
Exercidas	7,18	669.690	19,43	206.006
Em 31 de dezembro/30 de junho	<u>7,39</u>	<u>483.391</u>	<u>22,06</u>	<u>703.411</u>

Conselho de administração

	<u>30 de junho de 2013</u>		<u>31 de dezembro de 2012</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
1º de janeiro	22,07	54.000	22,07	18.000
Concedidas	6,32	725.454	19,76	12.000
Exercidas	6,69	969.000	24,00	20.000
Em 31 de dezembro/30 de junho	<u>7,39</u>	<u>969.000</u>	<u>22,75</u>	<u>10.000</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2013.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação, sendo que as informações referentes ao período findo em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentadas em função do desdobramento de ações detalhado na nota 18 (a):

(a) Lucro por ação básico

	31 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Numerador		
Lucro líquido do período	113.305	54.981
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>292.637.834</u>	<u>247.029.744</u>
Lucro líquido por ação básico	<u>0,00039</u>	<u>0,00022</u>

(b) Lucro por ação diluído

	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Numerador		
Lucro líquido do período	113.305	54.981
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	292.637.834	247.029.744
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>2.866.307</u>	<u>3.039.057</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>295.504.141</u>	<u>250.068.801</u>
Lucro líquido por ação diluído	<u>0,00038</u>	<u>0,00022</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita bruta das atividades	1.228.785	965.956
Deduções da receita bruta	(371.970)	(293.982)
Gratuidades - bolsas de estudo	(320.354)	(256.069)
Devolução de mensalidades e taxas	(7.127)	(4.163)
Descontos concedidos	(2.951)	(2.790)
Impostos	(36.383)	(30.960)
FGEDUC	(5.155)	
Receita líquida das atividades	<u>856.815</u>	<u>671.974</u>

24 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Pessoal e encargos sociais	(370.816)	(303.911)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(14.733)	(14.074)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(65.521)	(57.575)
Correios e Malotes	(1.879)	(3.088)
Depreciação e amortização	(23.456)	(19.212)
Material didático	(21.001)	(14.876)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(15.705)	(13.343)
Custos dos serviços prestados	<u>(513.111)</u>	<u>(426.079)</u>

25 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receitas com convênios	900	900	1.479	1.532
Receitas de aluguéis			5.125	4.235
Intermediação de negócios			84	
Reversões de provisões administrativas				201
Outras receitas(Despesas) operacionais	(54)	446	317	638
	<u>846</u>	<u>1.346</u>	<u>7.005</u>	<u>6.606</u>

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(41.641)	(44.045)
Publicidade			(40.914)	(32.066)
Vendas e marketing			(13.283)	(9.672)
Outras			(3.192)	
Despesas comerciais			(99.030)	(85.783)
Pessoal e encargos sociais	(810)	(1.047)	(59.043)	(41.709)
Serviços de terceiros	(1.050)	(2.303)	(24.349)	(22.632)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(614)	(562)
Material de consumo			(950)	(745)
Manutenção e reparos	(17)		(10.789)	(7.384)
Depreciação e amortização (*)	(1.595)		(12.528)	(8.709)
Convênios educacionais	(174)		(3.439)	(3.771)
Viagens e estadias	(55)		(2.465)	(1.703)
Condenações cíveis	(15)		(5.125)	(1.305)
Eventos institucionais			(645)	(310)
Provisão para contingências			(1.999)	(586)
Outras	(610)	(1.442)	(12.094)	(10.247)
Despesas gerais e administrativas	(4.326)	(6.553)	(134.040)	(99.663)

(*) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 330.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			3.245	5.486
Rendimentos de aplicações financeiras	17.196	6.246	19.567	7.329
Outras	200	1.398	262	1.258
	17.396	7.644	23.074	14.073
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(46)	(419)	(3.365)	(3.397)
Juros e encargos financeiros	(11.371)	(13.676)	(12.609)	(14.351)
Descontos financeiros			(4.685)	(5.098)
Outras	(78)	(424)	(3.769)	(2.345)
	(11.495)	(14.519)	(24.428)	(25.191)

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.151	54.981	116.285	55.911
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(38.811)	(18.694)	(39.537)	(19.010)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(1.041)	181
Equivalência patrimonial	37.988	22.801		
Despesas não dedutíveis (a)	(402)	(402)	(1.128)	(710)
Provisão de Bonus (a)				3.060
Prejuízo fiscal	368	(3.705)	(914)	(3.862)
Despesas com desmobilização			(246)	(103)
Provisão para contingências			(679)	(204)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			288	
Outras	11		341	(709)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(846)		(42.916)	(21.357)
			39.463	20.412
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(846)		(3.453)	(945)
Alíquota efetiva - %	(0,74)		(2,97)	(1,69)

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

Notas Explicativas**Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas informações contábeis consolidadas do resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>30 de junho de 2012</u>
Imposto de renda e contribuição social do período corrente	(846)		(3.090)	(108)
Imposto de renda e contribuição social diferido no período corrente			(363)	(837)
Imposto de renda e contribuição social períodos anteriores			473	15
	<u>(846)</u>		<u>(2.980)</u>	<u>(930)</u>

Em 30 de junho de 2013 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 9.694. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Provisão para contingências	11.007	10.419
Mensalidades a cancelar	478	523
Provisão para desmobilização	2.739	2.739
Amortização ágio	<u>(4.530)</u>	<u>(3.624)</u>
	<u>9.694</u>	<u>10.057</u>
Ativo	12.086	11.695
Passivo	<u>(2.392)</u>	<u>(1.638)</u>
	<u>9.694</u>	<u>10.057</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de junho de 2013 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 30 de junho de 2013 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 4.530 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Notas Explicativas

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2013 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 14.882 (R\$ 15.249 em 31 de dezembro de 2012) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Estácio Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e a respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO 2º TRIMESTRE DE 2013

Realizada a apresentação das Informações Trimestrais relativas ao 2º trimestre de 2013 pela administração da Companhia e com fundamento no parecer dos Auditores Externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais consoante as disposições do artigo 163 da lei nº. 6.404/ 76, manifestaram-se favoravelmente às informações trimestrais findas em 30 de junho de 2013. Sendo de parecer que as mesmas encontram-se adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2013.

Pedro Wagner Pereira Coelho
Membro efetivo

Rodrigo Magela Pereira
Membro efetivo

Emanuel Sotelino Schifferle
Membro suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 30 de junho de 2013.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2013.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Paula Caleffi,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 30 de junho de 2013.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2013.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Paula Caleffi,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Retificação da Nota Explicativa 4 do Contas a receber, item 4, para melhor comparabilidade.